



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE DE SERVIDOR EFETIVO

1- Documentos Pessoais

- ✓ Documento de Identidade (fotocópia autenticada)
- ✓ CPF (fotocópia autenticada)
- ✓ Comprovante de Escolaridade (fotocópia autenticada)
- ✓ Registro no Conselho de Classe correspondente (caso necessário)
- ✓ Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia autenticada)
- ✓ Última Declaração Completa do Imposto de renda, com recibo
- ✓ Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição, ou certidão de quitação eleitoral (fotocópia autenticada)
- ✓ Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (fotocópia autenticada)
- ✓ Documento de Inscrição no PIS-PASEP (caso possua)
- ✓ 1 foto 3x4 recente, colorida (fundo branco)
- ✓ Comprovante de Residência
- ✓ Dados Bancários - Banco do Brasil
- ✓ Tipo Sanguíneo
- ✓ Pedido de vacância ou exoneração (caso seja servidor em outra instituição)

2- Relação de Exames Médicos

- ✓ Hemograma Completo
- ✓ Glicemia
- ✓ Grupo Sanguíneo e fator RH
- ✓ Raio X do Tórax
- ✓ Eletrocardiograma
- ✓ Atestado de sanidade mental

3- Formulários devidamente preenchidos (disponibilizados por esta Gerência)

- ✓ Declaração sobre Exercício da Advocacia
- ✓ Autorização de acesso à declaração de bens e rendas
- ✓ Declaração de Não Acumulação de Cargo, Emprego ou Função Pública

4- Certidões e Declarações Negativas

a. Das Justiças:

- Federal¹ de Natureza Cível e Criminal;
- Estadual ou Distrital² de Natureza Cível e Criminal;

b. Declaração de não ter cumprido sanções por idoneidade ou qualquer outro tipo de penalidade grave no exercício da função pública, aplicada por órgão público ou entidade das esferas federal, estadual ou municipal.

A certidão negativa referente ao item "a" deve ser emitida pelo órgão com jurisdição sobre o domicílio do nomeado.

1<http://certidao.jfjb.jus.br/certidaoInter/emissaoCertidao.aspx>

2<http://app.tjpb.jus.br/certo/paginas/publico/areaPublica.jsf>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

CADASTRO FUNCIONAL DE SERVIDOR



1. DADOS PESSOAIS

MATRÍCULA: _____ TIPO SANGUÍNEO: _____

NOME: _____

SEXO: _____ ESTADO CIVIL: _____

DATA NASC.: ____/____/____ PORT. NECESS. ESPECIAIS: _____ (S/N)

NACIONALIDADE: _____ NATURALIDADE: _____

RACA/COR: _____ GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

(01 Indígena - 02 Branca - 03 Negra - 04 Amarela - 05 Parda - 06 Outros)

FORMAÇÃO: _____

CPF: _____ PIS/PASEP: _____

Nº IDENTIDADE: _____ ÓRGÃO: _____ DATA EMISSÃO: _____ UF: _____

TÍTULO ELEITOR Nº: _____ ZONA: _____ SEÇÃO: _____

RESERVISTA Nº: _____ CIRCUNSCRIÇÃO: _____ SÉRIE: _____

2. DADOS FUNCIONAIS I

CARGO: _____ (*) CLASSIF. FUNCIONAL: _____

(*) REGIME: _____ (*) SÍMBOLO: _____

(*) QUADRO: _____ (*) FORMA DE ADMISSÃO: _____

(*) PREVIDÊNCIA: _____ DATA DE ADMISSÃO: _____

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº: _____ DATA DA POSSE: _____

DATA DA PUBLICAÇÃO: _____ DATA DE EXERCÍCIO: _____

3. DADOS FUNCIONAIS II

(*) LOT./UNID. ORÇAMENT.: _____ (*) SITUAÇÃO: _____

(*) ATIVIDADE: _____ (*) UNIDADE PAGADORA: _____

LOTAÇÃO: _____

BANCO: _____ AGÊNCIA Nº: _____ CONTA Nº: _____

4. DADOS COMPLEMENTARES

FILIAÇÃO: _____

E _____

CÔNJUGE: _____

ENDEREÇO: _____

Nº _____ COMPLEMENTO: _____ BAIRRO: _____

CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____

TELEFONES: _____ E-MAIL: _____

_____, ____/____/____

Local

Data

Assinatura



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

CADASTRO DE CONTA BANCÁRIA

Nome: _____

Matrícula: _____ CPF: _____

Banco: _____

Agência nº: _____ Conta Corrente nº: _____

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Servidor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO SOBRE EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

Eu, _____, CPF N° _____

DECLARO, sob as penas da lei:

- Ter ciência da incompatibilidade do exercício da advocacia com o de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário, conforme disposto no art. 28, IV, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994.

- Não exercer atividade de advocacia, ainda que em defesa de interesse próprio, conforme estabelecido no art. 28, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994.

- Ter ciência da necessidade de cancelamento da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), prevista no art. 11, IV, § 1º, da Lei n. 8.906/1994.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Servidor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AUTORIZAÇÃO DE ACESSO À DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Eu, _____, CPF N° _____,
Matrícula N° _____, nomeado(a)/designado (a) para ocupar o cargo
ou função _____, com lotação no(a)

AUTORIZO, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei 8.429/1992 e da Lei 8.730/1993, o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tendo em vista a Recomendação n° 10/2013 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e o Ato da Presidência N° 58, de 17 de abril de 2013.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Servidor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, CPF Nº _____,

DECLARO, em atendimento ao que preceitua a Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, no seu artigo 13, § 5º, que:

Não exerço nenhum outro cargo, emprego ou função pública, de provimento efetivo ou em comissão, no âmbito federal, estadual ou municipal.

Exerço o cargo abaixo especificado, tratando-se de acumulação lícita, segundo o que dispõe os incisos XVI e XVII, do art. 37, da Constituição Federal.

Órgão: _____

Cargo: _____

Matrícula: _____

Por ser verdade, firmo a presente declaração, para que se cumpram todos os efeitos legais.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Servidor